



ASPECTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

“Feita de traços vivos e característicos é a fisionomia geográfica de Mato Grosso. Numerosos cursos de água dominam o maciço de suas terras que se dividem naturalmente em 3 zonas.

Planícies pantanosas se dilatam pela porção meridional do Estado, campos relvosos, onde se adensam, neste momento, grandes manadas. O planalto se esgueira e se intromete entre as cabeceiras numerosas dos rios, sêco, árido, cheio de plantas enfezadas e tristes; o planalto é o chapadão. Enfim, a região das montanhas do norte é coberta de florestas colossais. Todavia, margeando os rios, ou adornando sua sombra...

Quem atravessa Mato Grosso, nota que seus arroios orientados para o norte, contribuintes do Amazonas e os que se vão perder no Paraguai, nascem como irmãos gêmeos, lado a lado...”

(Vide *Rondonia*. Roquette Pinto).

“Aquêlê território, tal qual se encontra nos seus limites políticos foi, é bem certo, penetrado pelos portugueses, muito tempo antes de

terem surgido ali os primeiros estabelecimentos de outra origem européia...” Por atender ao geógrafo Cândido Mendes é mister distinguir ali a parte conquistada pelos espanhóis do lado oriental, da outra porção desbravada pelos neobrasileiros de São Paulo. Foi caminho dos primeiros o Paraguai, cuja navegação é um tanto difícil para grandes barcos e relativamente fácil para canoas primitivas, e sôbre cujas margens se ergueram, desde 1575, com Domingos Martinez Irala e Nuno Chaves, as feitorias castelhanas. No entanto, a falta de minas de ouro e as hostilidades das tribos do alto Paraguai, região de grandes alagados, por seu turno mui adversa, foram circunstâncias que favoreceram o domínio português, desanimando os sucessos de Irala e Chaves. O caminho dos Paulistas foi mais árduo e, talvez por isso, deu-lhes posse menos precária das terras que foram varando. A conquista, dêste lado, se fêz aos poucos. Desta maneira, desde muito cedo, tinha-se criado o problema das fronteiras coloniais luso-espanholas, de cuja

obra deviam posteriormente ocupar-se os mais hábeis diplomatas e militares portugueses.

Entre 1515 e 1526 Aleixo Garcia, saindo de Iguape ou São Vicente, atravessando Mato Grosso pela fôz do rio Jauru, chega ao Peru. É a primeira notícia que se tem. *Dai em diante sucederam-se as devassadas periódicas desses sertões, em busca de escravos e ouro.* Ainda Roquette Pinto menciona, das primeiras bandeiras que chegaram a Mato Grosso a dirigida por Antonio Pires de Campos, filho de Manuel de Campos, ambos sertanistas; Pascoal Moreira Cabral e Miguel Sutil dirigiram-se para a região onde se ergue hoje a Capital do Estado, que brevemente se tornaria um centro de convergência a quem vinha de São Paulo e Goiás.

Nessa época Mato Grosso ainda estava muito unido à Capitania de São Paulo. A carta régia de 9 de maio de 1748 efetuou o desmembramento: "... e os confins do Governo de Mato Grosso e Cuiabá, hão de ser para a parte de São Paulo, pelo dito Rio Grande e pelo que respeita a sua confrontação com os Governos de Goiás e do Estado de Maranhão, visto a pouca notícia que ainda há daqueles sertões, tenho determinado se ordene a cada um dos novos governadores, e também ao do Maranhão, informem por onde poderá determinar se mais cômoda e naturalmente a divisão".

No dia 12 de janeiro de 1751 chega a Cuiabá, o 1º Capitão-General de Mato Grosso, *D. Antônio Rolim de Moura Tavares*, que, a 17 desse mesmo mês, assumiu o Governo da capitania. Acompanharam-no 54 praças, através da longa e penosa jornada de São Paulo a Cuiabá por via fluvial, começando pelo Rio Tietê. Estevão de Mendonça resume a carta instrutiva que o Capitão-General trouxe de Lisboa: "É um documento que explica a política portuguesa no tocante à fronteira ocidental:

1º. Que se ponha a cabeça do Governo do Distrito de Mato Grosso, onde deverá fazer mais conti-

nuada residência, "indo contudo a Cuiabá e as outras minas quando assim o pedir o bem do serviço e a utilidade dos moradores".

2º a 4º. Referem-se à criação de uma companhia de dragões e à ereção do juízo de fora, bem como aos privilégios que deveriam ser concedidos para promover o povoamento da capital.

3º. *Recomenda a escolha do lugar em que deveria fundar a capital*, "atendendo que seja defensável e, quanto possível, vizinho do Rio Guaporé, ou de algum outro navegável que nêle desague".

7º. Autoriza a construção de uma casa para resistência dos governadores.

8º a 11º. Determinam tôda a vigilância a fim de impedir que os espanhóis se assenhorassem da navegação do Rio Guaporé.

12º. Ordena o alistamento em ordenanças, dos habitantes da capitania, "procurando que andem, quanto possível, exercitados e disciplinados".

13º. Prescreve que se torne efetiva a navegação e pesca do Guaporé.

10º a 18º. Regulam-se a maneira de prevenir a correria dos Paiaçuás, "devendo empregar a fôrça, depois de esgotados os meios brandos".

19º. Ordena o aldeamento dos índios pacificados.

21º a 23º. Expõem-se o estado dos negócios de limites entre o Brasil e as possessões espanholas na América..."

Eram perfeitamente definidas as intenções portuguesas, de fixar, nessa região, os limites da Capitania de Mato Grosso.

...Fundação de Vila Bela...

E d. Antonio Rolim de Moura Tavares, homem enérgico, apesar de violento e arbitrário, durante os 14 anos de governo, desempenhou a contento essa obra. A 19-3-1752 *êle funda Vila Bela da Santíssima Trindade, mais tarde cidade de Mato Grosso, em Pouso Alegre, margem do rio Guaporé "chave e propugnáculo do sertão do Brasil"*,

para capital da nova unidade territorial. Constituiu d. Antonio as primeiras resistências, aos espanhóis no empenho que sempre tiveram de dominar a região oriental do Guaporé. Esse governador fixou, nos principais pontos de interesse imediato a consolidação do domínio português, cerca de cinco postos militares.

...Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres...

Após as enérgicas atividades deste administrador, substituíram-no respectivamente: João Pedro da Câmara, que governou a capitania até 1769 e Luiz Pinto de Sousa Coutinho, até 1772, quando Mato Grosso foi entregue à direção de um homem de escol: o Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, fidalgo hábil, enérgico e dedicado, que decisivamente contribuiu para a preservação integral das terras brasileiras no ocidente. Luís de Albuquerque tomou posse em 13 de dezembro de 1772. Grande parte do seu esforço consistiu em pontilhar a fronteira matogrossense com as colônias da Espanha, de povoados, postos militares, presidios e fortificações: marcos permanentes e vivos da inteligência e pujança da gente portuguesa. Assim, em 1775, determinou ao Capitão de auxiliares Matias Ribeiro da Costa, a *fundação no lugar denominado Fécho dos Morros, do presidio de Coimbra*. Em 1776 manda explorar as terras então litigiosas, do ribeirão de Santo Antonio dos Guarajus, que, por lamentável desinteresse dos seus pósteros, está hoje fazendo parte da Bolívia. Nesse mesmo ano é lançada a pedra fundamental do *Forte do Príncipe da Beira*, à margem direita do rio Guaporé, permanecendo ainda hoje um marco monumental da esplêndida obra de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, naquelas terras longínquas de Mato Grosso. Veja-se, por exemplo, nesse operoso ano de 1776, a *fundação do povoado de Vizeu*, plantado à margem esquerda desse histórico e dis-

putado rio Guaporé, para constituir um dos núcleos da civilização em Mato Grosso, ainda por ordem do insuperável Capitão-General. Vizeu ficou pertencendo a Bolívia, 91 anos mais tarde em 27-3-1867. O insuspeito Estevão de Mendonça (Datas Matogrossenses. 1919. 1º vol. pág. 107) diz, de Luís de Albuquerque: "Merece sempre registro qualquer medida tomada por aquele governador, dada a sua extraordinária capacidade de trabalho, penetração política e tino administrativo. O seu governo, sem igual até hoje em Mato Grosso, assinala-se por uma abundante série de providências que se enquadram a um admirável plano de conjunto". Governou esse trecho do oeste brasileiro durante 17 proveitosos anos.

Seu substituto foi o Capitão-General João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, um irmão mais moço, a quem deixou minuciosa carta instrutiva, da qual Estevão de Mendonça transcreve um tópico (Datas Matogrossenses. 1919. 1º vol. págs. 118 e 119), cuja parte mais interessante é a seguinte: "Que o meu sistema e plano, muito apesar de algumas das literais expressões do Tratado Preliminar de Limites de 1777 o contradizerem vem a constituir reduzindo-os a breves palavras, em que tôda vez que a linha divisória que enfim se concordar, ou demarcar com os espanhóis, desde pouco mais ou menos o Rio de São Simão Pequeno, ou Bahia das Panguinhas, que jazem para baixo da serra dos Guarajus, na margem esquerda ocidental do rio Guaporé, até a Bahia chamada Negra, na margem direita mais tarde também ocidental do rio Paraguai, e para baixo do Presídio que nela se acha, denominado da Nova Coimbra, sensivelmente diversifique da idéia geral de semelhante linha por mim concebida, e posta na Real Presença já desde o ano de 1780, não poderá essa medida, correndo os tempos, deixar de ser por muitos princípios político, e até físicos e morais, prejudicialíssima tanto à subsistência e defesa de tão importante capita-

nia, limítrofe por boas 400 léguas aos domínios espanhóis, em tempo de qualquer guerra com aquela nação, como lesiva aos seus indispensáveis e continuados comércios ordinários que, de precisa necessidade, deve frequentar, especialmente a respeito dos governos de São Paulo e Rio de Janeiro, pelos Rios Cuiabá, São Lourenço, Paraguaí, Taquari, istmo de Campoan, etc., enfim se executasse esta grande obra e parte das demarcações, quase toda ela em extremo espinhoso é delicada já que por pouca fortuna difere, tão consideravelmente da letra do sobredito Tratado, em que logo se vê o muito que será cheio de erros e defeitos substancialíssimos, e que sobretudo encontra, de modo tão considerável, os interesses da Coroa de Portugal, favorecendo unicamente aos de Espanha". Luís de Albuquerque fundou os *distritos militares* de Insua; de *Albuquerque hoje Cotumbá*, de tão pronunciada significação comercial e militar no oeste matogrossense; *criou Casalvasco e Corixa*, ainda em nossos dias, importantes postos militares da fronteira; *fundou Vila Maria, atualmente a próspera cidade de Cáceres*, centro industrial e guardiã da extensa área de nossos limites com a vizinha e amiga Bolívia.

João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, irmão de Luís de Albuquerque, empossou-se em novembro de 1789. Governou durante seis anos e um quarto. Sucumbiu atacado de paludismo. Suas cinzas dormem o sono eterno entre as ruínas da Igreja Matriz da cidade de Mato Grosso (ex-Vila Bela, fundada pelo 1º Capitão-General). Daí em diante, sucederam-se no Governo de Mato Grosso os seguintes Capitães-Generais: Caetano Pinto de Miranda Montenegro, provavelmente o mesmo que capitularia aos revolucionários pernambucanos de 1817, seis anos depois de deixar a direção de Mato Grosso; em 1804, tomou a frente dos negócios o Capitão-General Manoel Carlos de Abreu Menezes; em 1807 passou-os a João Carlos Augusto Oeynhausien Grevenburg e finalmente Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho encerrou a série dos Capitães-Generais de Mato Grosso, homens que tão relevantes serviços prestaram à causa nacional, dando a Mato Grosso a extensão territorial que hoje possui. Deposto Francisco de Paula Magessi, em 1821, passou o governo a ser exercido por duas juntas, uma em Cuiabá, outra na cidade de Mato Grosso. No ano seguinte foi proclamada a independência do Brasil.

SERRARIA IRIS

Indústria e Comércio de Madeiras — Fábrica de Esquadrias

J. F. Barros & Cia. Ltda.

Ferragens, Tintas, Louças e Materiais em Geral para Construção

RUA ÁLVARO DE MIRANDA, N. 15

Telefones: 29-0229 e 49-2257

RIO DE JANEIRO